



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Apresento esta interpelação ao Governo sobre o metro ligeiro, que é a maior obra pública da RAEM, uma vez que as despesas não têm limites e as obras nunca mais acabam. No passado dia 11 de Maio, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas falou sobre o assunto na Assembleia Legislativa, mas as respostas dadas aos deputados revelaram a sua incompetência para resolver a questão e as falhas da sua governação.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo as previsões do Governo, a 1.^a fase do metro ligeiro entraria em funcionamento em 2014, contribuindo para resolver o caos do trânsito, uma vez que as vias são estreitas e os veículos são muitos. E quanto à 2.^a fase, iria melhorar, simultaneamente, a estrutura da zona litoral da cidade e resolver as inundações nas zonas antigas da Península de Macau. Contudo, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas referiu que ainda não tinha calendário para a entrada em funcionamento da 1.^a fase do metro ligeiro, e que a 2.^a fase só poderia ser planeada depois de concluída a 1.^a, em relação à qual não sabemos quando poderá estar concluída. Será que o Governo da RAEM já quer desistir do metro ligeiro, que é um meio de transporte público que pode ser eficaz para resolver o caos do trânsito? O Governo dispõe de algum outro plano para resolver o caos do trânsito, uma vez que as vias são estreitas e os veículos são muitos? E dispõe ainda de qualquer outro plano para acabar com as inundações nas zonas antigas da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Península de Macau, em vez de esperar pela conclusão da 2.^a fase do metro ligeiro?

2. O Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que não dispõe de qualquer remédio nem para resolver o prolongamento sem fim das obras do metro ligeiro, nem o problema das despesas sem limite, o que só prejudica o interesse público. O Secretário afirmou ainda que vai pedir responsabilidades aos dirigentes da sua tutela (incluindo os actuais e o ex-Secretário e ex-Directores), afinal, quem é que vai exigir responsabilidades àqueles dirigentes? Vai ser o Chefe do Executivo? Ou já encarregou alguém de o fazer? Ou então já desistiu de o fazer?

3. Segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, o Governo da RAEM vai definir a Lei de Enquadramento Orçamental para controlar as despesas das obras públicas, sobretudo no caso das obras de grande envergadura. E o regime de credenciação dos técnicos responsáveis pela gestão das obras também é indispensável. O Secretário entende que a credenciação destes profissionais é mais importante do que a de outras profissões da área da engenharia. Não percebo por que razão aquele regime nunca foi criado, nem por que razão o Governo não pretende criá-lo. O referido regime de credenciação deve ser criado quanto antes. O Governo vai fazê-lo? Quem vai ser responsável por esse trabalho?

20 de Maio de 2015

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong